

Fabíola Ribeiro Farias
Centro Federal de Educação
Tecnológica de Minas Gerais
– (CEFET-MG)
fabiolarfarias@gmail.com



Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):
Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

Concurso Nacional de Literatura Infantil “João-de-Barro”: A infância e a adolescência premiadas

*National Children's Literatura Contest “João-
de-Barro”: Awarding Childhood and
Adolescence*

*Concurso Nacional de Literatura Infantil “João
de Barro”: La infancia y la adolescencia
premiadas*

Ribeiro Farias, F. Concurso Nacional de Literatura
Infantil “João de Barro”: A infância e a adolescência
premiadas. Revista Eco-Pós, 27(3), 538–555.
<https://doi.org/10.29146/eco-ps.v27i3.28285>

RESUMO

Este artigo se propõe a registrar a criação e a trajetória do Concurso Nacional de Literatura Infantil *João de Barro* no âmbito das políticas culturais, especialmente na área de livro, leitura e literatura, da capital mineira, Belo Horizonte. Para isso, apresenta breve panorama sobre livros e literatura para crianças no país, discute os prêmios literários na ordem das políticas públicas culturais, apontando a ausência de iniciativas voltadas para a criação literária para crianças e adolescentes, e apresenta o *João de Barro* em distintos momentos, de sua criação até 2024, com destaque para a revisão pela qual passou em 2011.

PALAVRAS-CHAVE: *Prêmio João-de-Barro; Prêmios literários; Literatura infantil e juvenil; Políticas culturais.*

ABSTRACT

This article aims to record the creation and trajectory of the *João de Barro* National Children's Literature Competition within the scope of cultural policies, especially in the area of books, reading and literature, in the capital of Minas Gerais, Belo Horizonte. To this end, it presents a brief overview of books and literature for children in the country, discusses literary awards in terms of public cultural policies, pointing out the absence of initiatives aimed at literary creation for children and adolescents, and presents *João de Barro* at different moments, from its creation until 2024, with emphasis on the review it underwent in 2011.

KEYWORDS: *João-de-Barro Literary awards; Children's and young adult literature; Cultural policies.*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo registrar la creación y trayectoria del Concurso Nacional de Literatura Infantil *João de Barro* en el ámbito de las políticas culturales, especialmente en el área del libro, la lectura y la literatura, en la capital de Minas Gerais, Belo Horizonte. Para ello, presenta un breve panorama del libro y la literatura para niños en el país, analiza los premios literarios en términos de políticas públicas culturales, señala la ausencia de iniciativas dirigidas a la creación literaria para niños y adolescentes, y presenta a *João de Barro* en diferentes momentos, desde su creación hasta 2024, con énfasis en la revisión que sufrió en 2011.

PALABRAS CLAVE: *Premio João-de-Barro; Premios literarios; Literatura infantil y juvenil; Políticas culturales.*

Submetido em 24 de maio de 2024.

Aceito em 30 de agosto de 2024.

Introdução

Na primeira metade da década de 1970, o Brasil vivia os duros anos de chumbo da ditadura civil-militar. Em dezembro de 1968 foi decretado Ato Institucional nº 5 (Brasil, 1968), que fechou por tempo indeterminado o Congresso Nacional, cassou mandatos parlamentares e direitos políticos e civis da população, sustentou demissões arbitrárias e sumárias no serviço público e suspendeu concessões de habeas corpus, institucionalizando o horror e a violência que, veladamente, vinham sendo perpetrados no país desde o golpe em 1964.

Os anos iniciais da década de 1970 foram marcados por tortura, assassinatos e desaparecimento de pessoas que se pronunciavam contra o regime, mas também por movimentos de resistência e combate ao autoritarismo. Usadas como forma de repressão, as práticas de tortura foram estrategicamente orquestradas como instrumento para o silenciamento, a punição e a aniquilação do opositor, considerado inimigo, impedindo-o de ocupar o debate público.

Nesse contexto, artistas e intelectuais se colocaram como defensores da liberdade de expressão, denunciando a censura em protestos e em criações artístico-culturais, em meio à repressão cada vez mais organizada e intensa:

O governo dos militares carregava consigo uma proposta de silêncio, e utilizou a censura política como ferramenta de desmobilização e supressão do dissenso. A ideia era aparentemente simples: combinava manejar o controle sobre a produção e a circulação de bens culturais no país com repressão política. Nenhum outro órgão cresceu mais depressa, e a censura passou a atuar com diferentes objetivos: garantir o controle do fluxo público da informação, da comunicação e da produção de opinião, reprimir o conteúdo simbólico presente na produção cultural, e manipular os mecanismos de memória e interpretação da realidade nacional (Schwarcz; Starling, 2015, p. 464).

Mas a censura e os órgãos censores, ainda que violentos e perigosos, se mostraram insuficientes diante da criatividade e da intensa e volumosa produção artístico-cultural no país. Peças de teatro, canções de protesto, livros, obras de artes visuais e, principalmente, seus artistas se tornaram voz, imagem e símbolo de denúncia da tortura, do autoritarismo e das arbitrariedades do regime. Em todo o país, nas cidades e nas zonas rurais, blocos clandestinos de resistência se formaram, alguns mais radicais e organizados, muitos deles exterminados pelos militares.

Belo Horizonte, à época a moderna, capital de Minas Gerais, crescia desordenadamente, assistindo à subida de arranha-céus e ao surgimento de largas avenidas. Desde o início da década de 1940 a vida cultural se intensificava na cidade, em eventos e edificações: ao Conjunto Moderno da Pampulha, projetado por Oscar Niemeyer a convite de Juscelino Kubitschek, que governou a cidade de 1940 a 1946, somaram-se exposições de artistas modernistas do Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP); a criação, por sugestão de Cândido Portinari a JK, da Escolinha do Parque, um instituto de artes dirigido pelo artista plástico Alberto da Veiga Guignard; a construção do conjunto JK, do edifício Niemeyer, da Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa e do Colégio Estadual. Ao mesmo tempo, o então prefeito cercou-se de intelectuais, tomando-os como conselheiros e assessores no Palácio da Liberdade: Affonso Ávila, Murilo Rubião, Autran Dourado, Rui Mourão, Fábio Lucas, Alphonsus de Guimaraens Filho, entre outros (Ávila, 2011).

Em 1963, Belo Horizonte recebeu a Semana Nacional de Poesia de Vanguarda, realizada com o apoio da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e em 1966 assistiu ao surgimento do Suplemento Literário do Minas Gerais, concebido pelo escritor Murilo Rubião, que contou com a colaboração de escritores da cidade e de outros lugares do país (Ávila, 2011).

Ao mesmo tempo que abraçava e promovia as artes e contava com a participação e o apoio de artistas e intelectuais locais e de peso na cultura nacional, Belo Horizonte se movimentava no apoio ao regime militar, de um lado, e na denúncia de seus horrores, de outro.

A instauração da ditadura militar, após o Golpe de 64, também levou a população às ruas. Primeiro foram as mulheres católicas – que, com seus terços em punho, apoiaram o movimento que visava acabar com o comunismo. A manifestação foi denominada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Mais tarde, os estudantes surgiram, protestando contra a falta de liberdade, o desrespeito aos direitos humanos e constitucionais. Inúmeras vezes a Praça Sete assistiu à multidão ser dispersada com bombas e à prisão de manifestantes. Em 1978, seria a vez da campanha pela anistia dos presos políticos mobilizar os belo-horizontinos (Ávila, 2011, p. 56).

No campo literário, o conto se fez o gênero preferido dos escritores que viviam na capital mineira, com autorias e produções que permanecem, algumas, relevantes na história da literatura nacional:

Chega um tempo em que se contam tantas esquinas como contistas. A febre da estória curta é epidêmica e toda a intelectualidade belo-horizontina curte o calorzinho de um “boom” mineiro: eis a metrópole da ficção, com seu

congestionado trânsito de nomes formando vertentes; a vertente dialética/dialógica da prosa limpa de Luís Vilela; a vertente carnalizante criada por Roberto Drummond; a vertente erótico-etílica de Jaime do Prado Gouveia e Branca Maria de Paula; a vertente metafórica do mestre-primeiro-mágico Murilo Rubião. Para não citar (e omitir) deixemos os nomes e fiquemos no espaço da linguagem; o conto não obedece aos contornos da Avenida do Contorno; é jogo, arquitetura, alegoria, falácia, simulação descontínua do existente; é o momento de glória dos anos 70 (Araújo, 1989, p. 152, grifo no original).

É nesse cenário, marcado pelo apoio de parte da sociedade ao governo militar e pelas tentativas de resistência ao que representava, por outros grupos, e no movimento cultural acolhido e irradiado do Suplemento Literário do Minas Gerais, cuja circulação se dava principalmente na capital, que a Prefeitura de Belo Horizonte cria o Concurso Nacional de Literatura Infantil *João de Barro*¹, em 1974, na esteira do Prêmio de Literatura *Cidade de Belo Horizonte*, instituído pelo Decreto nº 204, de 14 de outubro de 1947 (Belo Horizonte, 1947), em comemoração ao cinquentenário da capital e em homenagem ao II Congresso Brasileiro de Escritores, então realizado na cidade.

Ainda significativamente restrita aos bancos escolares e ao ensino de meninas e meninos, a literatura escrita, ilustrada e editada para crianças é pouco presente nas páginas de crítica literária em jornais de todo o país. Consolida-se, porém, como importante objeto de pesquisa nas universidades e instituições dedicadas à temática, como a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil², e ganha então distinção com o *João de Barro*, primeiro concurso nacional dedicado à produção literária para o público infantojuvenil.

Este artigo se propõe a registrar a criação e a trajetória do Concurso Nacional de Literatura Infantil *João de Barro* no âmbito das políticas culturais, especialmente na área de livro, leitura e literatura, da capital mineira. Para isso, apresenta breve panorama sobre livros e literatura para crianças no país, discute os prêmios literários na ordem das políticas públicas culturais, apontando a ausência de iniciativas voltadas para a criação literária para crianças e adolescentes, e apresenta o João de Barro em distintos momentos, de sua criação até 2024, com destaque para a revisão pela qual passou em 2011.

¹ Diferente do momento de criação do prêmio, atualmente a grafia correta é João-de-Barro.

² A Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), fundada em 1968, é a seção brasileira do International Board on Books for Young People. Dedicada à valorização da criação e da edição de livros para crianças e jovens e a projetos de promoção da leitura junto a este público.

1 Livros e literatura para crianças no Brasil: um breve histórico

Os primeiros livros destinados à infância chegam ao Brasil no século XIX, trazidos por governantas europeias que vinham ao país para a instrução de crianças de famílias abastadas. Num primeiro momento como *literatura escolar* vinda de Portugal, as obras, que logo passam a abarcar textos literários e a ser escritas também por autores e autoras brasileiros, têm como objetivo instruir as crianças nos bancos escolares (Arroyo, 2011). Em suas páginas, em um português estranho à população brasileira – não apenas às crianças –, perduram, até o início da década de 1920, narrativas de exaltação da pátria, valorização do conhecimento tradicional, especialmente o vindo da Europa, promoção da língua nacional (que era a de Portugal) e transmissão de valores morais e religiosos.

À exceção das traduções e adaptações de clássicos universais sob o comando de Carlos Jansen, Figueiredo Pimentel e Arnaldo de Oliveira Barreto, que se dedicam à publicação de obras em um português mais próximo do falado no Brasil em coleções e momentos diversos, apenas em dezembro de 1920, com a publicação de *A menina do Narizinho Arrebitado*, de Monteiro Lobato, o país conhece o que posteriormente seria considerado o nascimento da literatura infantil brasileira:

Se já havia uma tradição de literatura para crianças no Brasil, como levam a crer pesquisas recentes [...] sua ordem foi alterada com o surgimento da obra infantil de Monteiro Lobato. Os valores e as proporções entre as obras existentes foram reajustados em relação ao novo “monumento” que integrava a tradição. Nos dias que correm, novas obras infantis são reajustadas e levam ao reajuste da obra lobatiana, que, por enquanto, permanece o monumento maior no contínuo da literatura infantil no país (Bignotto, 2022, p. 228, grifo no original).

O grande e imediato sucesso da obra se deveu, além de suas qualidades literárias, a estratégias comerciais e editoriais do autor, que investiu no livro como objeto, em propaganda na imprensa e em divulgação para educadoras e diretores de escolas, especialmente em São Paulo. Monteiro Lobato, já conhecido como tradutor de clássicos da literatura juvenil europeia, segue publicando novos livros nos anos seguintes, sempre com grande sucesso e expectativa dos leitores, mas logo se vê contestado por movimentos conservadores, que nos anos 1930, no espírito do Estado Novo, pedem a volta de livros mais realistas e instrutivos para as crianças, sem a fantasia e a imaginação lobatianas.

O panorama dos anos de 1930-1940 mostra que, além dos livros de Lobato e das obras clássicas traduzidas ou adaptadas, apenas alguns escritores, entre os que escreveram na época, atingiram a desejável literariedade. No geral, predomina o imediatismo das informações úteis e da formação cívica (Coelho, 2010, p. 265).

A disputa entre a obra de Monteiro Lobato, que passa a ser proibida em escolas religiosas, e as demandas de famílias e educadoras conservadoras no Brasil se estende nas décadas seguintes. Com as histórias do Sítio do Picapau Amarelo convivem narrativas com linguagem edulcorada, descrições de paisagens bucólicas, lições cívicas e repetição de clichês em biografias de figuras ilustres, tratados de orientação profissional, diários de viagens e novelas de caráter histórico (Coelho, 2010).

Nesse período, escapando à regra, surgem, na tradição inaugurada por Lobato, obras importantes para a literatura infantil brasileira, como *A terra dos meninos pelados* (1939), de Graciliano Ramos, e *O menino poeta* (1943), de Henriqueta Lisboa, além do teórico *Problemas da literatura infantil* (1951), de Cecília Meireles, que em 1964 publicaria, com ilustrações de Maria Bonomi, a primeira edição do livro de poemas *Ou isto ou aquilo*.

As décadas de 1960 e 70 assistiram a rupturas na literatura infantil brasileira, ainda que o caráter escolar tenha se mantido significativamente, como ainda hoje, em sua criação, edição e circulação. Se por um lado a publicação de livros exclusivamente pensados para o atendimento de demandas escolares e do movimento de consumo efervescente no país seguia vigorosa, por outro começam a surgir nessa produção, tardiamente, traços do Modernismo de 22: a realidade brasileira, especialmente nos centros urbanos – pobreza, desigualdades sociais, injustiças, marginalidade – passa a ser narrada nas obras para crianças e jovens, a linguagem e a oralidade são tomadas como matéria literária, o cotidiano e a cultura popular se mostram sem as idealizações da primeira metade do século.

A par de inúmeros “continuadores” que seguem nas trilhas batidas, surgiram dezenas de escritores e escritoras de “arte maior”, sintonizados com a nova palavra de ordem: *experimentalismo* com a linguagem, com a estruturação narrativa e com o visualismo do texto; substituição da literatura confiante/segura por uma *literatura inquieta/questionadora*, que põe em causa as relações convencionais existentes entre a criança e o mundo em que ela vive, questionando também os valores sobre os quais nossa sociedade está assentada. As novas forças estimulam os criadores a preparar as novas gerações para a estruturação/construção de um novo mundo; e não para a consolidação de um Sistema já estruturado em suas bases (como aconteceu no século XIX, ao se

difundirem através da Literatura Infantil/Juvenil os valores do Romantismo/Realismo) (Coelho, 2010, p. 283-284, grifo no original).

A efervescência da produção editorial para crianças nas décadas de 1970 e 1980, com o surgimento de novos autores e concepções renovadas de infância e leitura, ficou conhecida como *boom* da literatura infantil brasileira. É nesse contexto que em Belo Horizonte surge o Concurso Nacional de Literatura Infantil *João de Barro*, em 1974.

2 Políticas culturais para a literatura infantil e juvenil

A literatura para crianças e adolescentes está histórica e mais significativamente vinculada às políticas educacionais, especialmente via vultosos programas para aquisição de livros para escolas, a exemplo, no âmbito nacional, do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)³, que por quase 20 (vinte) anos adquiriu e distribuiu livros, principalmente de literatura, para as bibliotecas das escolas públicas em todo o país, e do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) Literário⁴, que assumiu a iniciativa, quando o PNBE foi suspenso em 2014. Em âmbito local, vale destacar o programa Kit Literário, da Prefeitura de Belo Horizonte, que anualmente adquire e distribui livros de literatura para todos os estudantes matriculados na rede municipal de Educação, incluindo as creches conveniadas, desde 2003.

Poucas são as iniciativas públicas, com execução direta de seus poderes, de proposição e manutenção de programas ao estímulo à criação literária específica para o público infantil e juvenil no país. Ainda que a classificação de uma obra tendo em vista seu possível leitor – a criança ou o adolescente, nesse caso – seja questionável, a ausência de fomento a estes autores é facilmente verificada. Mesmo que muitos pesquisadores e até mesmo escritores e ilustradores discutam o endereçamento prévio dos livros para crianças e adolescentes, é inegável que a literatura infantil e juvenil constitui uma categoria e se realiza de forma consolidada como produto editorial.

De difícil definição, os livros de literatura infantil e juvenil reúnem características que, isoladamente, pouco dizem de seu objeto, uma vez que, atualmente, já não é possível afirmar que

³ Ver mais em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>.

⁴ Ver mais em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/318-programas-e-aco-es-1921564125/pnld-439702797/12391-pnld>.

existem temas, gêneros textuais ou formatos específicos na criação e na produção editorial para crianças e adolescentes. No entanto, se observados em conjunto, esses aspectos, aliados a paratextos e espaços de circulação, constituem a categoria em questão.

De conceituação ampla e fluida, as políticas culturais, lugar ideal e mais propício ao estímulo ao fazer literário, têm como objeto imediato a criação e a produção artística, além da garantia de condições para sua fruição. Neste bojo estão distintas expressões, como a literatura, as artes cênicas, as artes visuais, o audiovisual, a música e, mais recentemente incorporadas, a moda, a gastronomia e saberes da tradição popular, entre outras.

Nas políticas culturais, assim como nas educacionais, a literatura para crianças e adolescentes costuma ser compreendida apenas pelo viés de sua leitura e contemplada por escassos programas de aquisição e distribuição de livros para bibliotecas públicas e comunitárias e por eventos, que costumam ter suas programações estruturadas na fruição. Seu aspecto criativo fica, quase sempre, relegado a segundo plano, e sujeito a iniciativas pontuais ou indiretas, como as propostas por projetos viabilizados por mecanismos públicos de fomento, como o mecenato, ou desenvolvidas por instituições de pesquisa e de promoção da produção editorial para este público.

Diferentemente do que acontece com a criação não infantil ou juvenil, isto é, com os livros de literatura *para adultos*, que contam com muitos concursos, a premiação de obras inéditas para crianças e adolescentes e, conseqüentemente, do trabalho de seus autores, considerados os escritores e os ilustradores, é quase inexistente no Brasil. Se observadas as proposições públicas, o cenário se apresenta ainda mais estéril.

Isso revela a importância que a literatura, em sua relação com a infância e a adolescência, tem no país e sugere que para este público, considerados autores e leitores, a experiência literária parece ser compreendida apenas na ordem das demandas escolares, com livros escritos, muitas vezes, sob demanda, ou na pauta de interesses editoriais, quase sempre subsumidos por estratégias de mercado. A inventividade de escritores e ilustradores, principalmente dos que ainda não contam com carreiras consolidadas, fica, assim, à mercê de um sistema pouco suscetível ao que escapa às suas regras.

Obviamente, mesmo que acontecessem em número significativo, os prêmios literários voltados à criação inédita para a infância e a adolescência constituiriam apenas fissuras em um

sistema quase integralmente fechado, mas seriam um sinal de relevância para essa produção no cenário cultural nacional, além de um exercício de ampliação de possibilidades de inscrição de vozes autorais diversas na cena editorial brasileira – é importante ressaltar que os prêmios literários criam oportunidades para autores ainda desconhecidos, chancelando seu trabalho e facilitando sua publicação. No entanto, mais que algo oferecido aos autores com vistas a favorecer sua criação, o que por si só já seria importante, prêmios com estas características deveriam ser tomados em uma visada coletiva, com o entendimento de que “uma política cultural deve ser traçada não exatamente para os artistas, mas para o país, para o conjunto do povo” (Andrade, 2015, p. 716).

Tendo isso em vista, a promoção e a valorização da criação literária para crianças e adolescentes, que em suas melhores realizações tem interessado também aos adultos, se colocariam na ordem de um projeto de sociedade, tendo nas narrativas feitas com palavras e imagens para este público uma dimensão relevante da cultura nacional, assim como acontece com a literatura *para adultos*.

Embora não segmentada, tal perspectiva está positivada na Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita, especialmente em seu art. 3º:

V - promover a literatura, as humanidades e o fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio literário e acadêmico em território nacional e no exterior, para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas, entre outros mecanismos (Brasil, 2018, s.p.).

A criação literária, também a destinada a crianças e adolescentes, está, assim, prevista na legislação brasileira, apesar de ainda não se realizar de forma significativa no país. Mas é preciso ressaltar o pioneirismo de Belo Horizonte, a então jovem capital mineira, que já tendo instituído, em 1947, o Prêmio de Literatura *Cidade de Belo Horizonte*, criou em 1974 o Concurso Nacional de Literatura Infantil *João de Barro*.

3 Concurso Nacional de Literatura Infantil *João de Barro*: a literatura infantil e juvenil premiada

O Concurso Nacional de Literatura Infantil *João de Barro* foi instituído pela prefeitura de Belo Horizonte, por meio do Decreto nº 2.613, em 19 de setembro de 1974, tendo como

finalidade única a premiação de livros de literatura infantil de autoria brasileira. A coordenação e a presidência executiva foram atribuídas à Secretaria Municipal de Cultura, Informação, Turismo e Esportes, que naquele momento tinha como titular o jornalista Virgílio Horácio de Castro Veado, e a Presidência de Honra caberia ao prefeito, na ocasião Oswaldo Pieruccetti, que por dois mandatos (1965 a 1967; 1971 a 1975) governou a capital mineira.

Com periodicidade anual, a cada edição o *João de Barro* premiaria duas obras, escolhidas por dois grupos de jurados, sendo um composto por especialistas na área – um de Minas Gerais e dois de outros estados brasileiros – e outro formado por 11 (onze) estudantes da 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental, selecionados por aptidões e noções de literatura infantil, da rede de escolas públicas do município. A cada ano se alternavam as categorias infantil e juvenil.

Além de recebimento do prêmio em dinheiro por seus autores, inicialmente fixado em 42 (quarenta e dois) salários-mínimos, os livros premiados, escolhidos pelos dois júris, seriam editados pela Prefeitura de Belo Horizonte, “se assim permitirem as disponibilidades orçamentárias, podendo a mesma dispor da maneira que lhe aprouver da primeira edição do mesmo” (Belo Horizonte, 1974, s.p.), conforme estabelecia o decreto.

A primeira edição do Concurso Nacional de Literatura Infantil *João de Barro* foi anunciada com a publicação de seu regulamento no Diário Oficial do município de Belo Horizonte, por meio do Decreto 2.672, em 23 de dezembro de 1974, com inscrições até 1º de março de 1975. Do concurso poderiam participar autores residentes no Brasil, natos ou naturalizados, com contos, romances, novelas ou historietas, desde que dedicados ao público infantil (textos de poesia ou teatro não estavam contemplados pelo concurso). O regulamento estipulava que as obras deveriam ter extensão mínima de vinte folhas tamanho ofício, datilografadas em apenas um dos lados do papel, e máxima de cinquenta. Os concorrentes deveriam assinar seus textos com pseudônimos e entregar, no ato da inscrição, um envelope lacrado com os dados pessoais.

Como expresso no Decreto que instituiu o *João de Barro*, as obras inscritas seriam avaliadas por dois júris, sendo um de especialistas e outro de estudantes. Ao primeiro caberia a seleção de 15 (quinze) textos, dentre os quais estaria o vencedor, que seriam submetidos às crianças para a sua escolha. O edital previa a possibilidade de coincidência nas escolhas entre os dois júris, ficando, neste caso, o vencedor com os dois prêmios, que na primeira edição foi de 20

(vinte) salários-mínimos para a obra eleita por cada júri. Nessa edição, o júri formado por especialistas foi composto por Lúcia Machado de Almeida, Gilberto Mansur e Francisco Marins.

Ao longo dos anos o *João-de-Barro* foi realizado com as mesmas regras e pequenas variações no valor de seu prêmio em dinheiro, inclusive no que toca à publicação das obras vencedoras pela prefeitura de Belo Horizonte. As informações relativas às primeiras décadas de sua história, como a composição dos júris de especialistas de cada edição e seus respectivos vencedores, não estão disponíveis na Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, instituição responsável pela realização do concurso atualmente. A partir da segunda metade da década de 1990, os dados podem ser consultados no Diário Oficial do Município.

Em 2011, a Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte formou duas comissões para avaliar a pertinência de manutenção de seus dois prêmios literários, o Cidade de Belo Horizonte e o *João-de-Barro*, à luz do cenário literário nacional e das políticas públicas para a criação literária.

A comissão dedicada ao João-de-Barro, cujos trabalhos foram subsidiados e acompanhados pela equipe técnica da área no âmbito da Fundação Municipal de Cultura, foi composta por Elizabeth Serra, secretária-geral da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), seção brasileira do International Board on Books for Young People (IBBY), instituição voltada à promoção dos livros para crianças e jovens e de sua leitura em mais de oitenta países; pela pesquisadora de literatura infantil e editora Isabel Coelho, então à frente do catálogo infantojuvenil da prestigiosa Cosac Naify; e pelo premiado escritor e ilustrador Nelson Cruz.

O grupo considerou importante a manutenção do Prêmio *João-de-Barro*, ressaltando seu pioneirismo e as ainda poucas iniciativas no segmento no país, tantos anos após sua criação. Destacou a relevância de sua abrangência nacional e recomendou que, à luz da produção editorial para crianças e adolescentes contemporânea, no Brasil e no mundo, suas categorias, formas de julgamento e premiação fossem revistas.

De acordo com a comissão, o prêmio em dinheiro deveria ter seu valor atualizado, em consonância com concursos similares no país. A publicação das obras vencedoras, cuja realização em condições adequadas exigiria profissionais e recursos de que a Fundação Municipal de Cultura não dispunha, deveria ser substituída por algo que contribuísse para a formação dos autores vencedores e para sua divulgação nacional e internacionalmente. A

comunicação institucional do *João-de-Barro* deveria ser reestruturada, de forma a alcançar todos os estados brasileiros e a figurar nos principais veículos especializados em literatura e cultura no Brasil, tanto na divulgação do edital quanto na promoção de seus vencedores e suas obras.

Mas a mais significativa recomendação feita pela comissão foi a revisão das categorias do prêmio, até então em alternância a cada edição: literatura infantil e literatura juvenil, com ênfase no texto. A sugestão foi de que houvesse, a partir de então, duas categorias: texto literário e livro ilustrado, sem a prévia definição de segmentos infantil e juvenil. Para o grupo, tais orientações se mostravam fluidas e limitadoras e o mais potente, do ponto de vista criativo e editorial, seria deixar aos autores a escolha de gêneros textuais e leitor ideal.

Naquele momento, os estudos sobre livros ilustrados ainda eram incipientes no Brasil, embora muitas obras assim estivessem publicadas no país. É possível que, para a maioria, a criação híbrida envolvendo palavras, ilustrações e materialidade se confundisse com os livros com ilustrações, mais conhecidos e presentes na produção editorial brasileira.

Na maioria dos casos, as ilustrações funcionam como um acompanhamento visual para as palavras, uma inspiração ou auxílio para a imaginação, com o objetivo de enriquecer a experiência da leitura. Porém, no caso dos livros ilustrados, as palavras e as imagens se completam, para dar um significado geral à obra; nem as palavras, nem as imagens, quando utilizadas isoladamente, fazem algum sentido. Elas funcionam em uníssono. Estes livros apresentam uma relação dinâmica entre palavras e imagens. Muitas vezes, essa dualidade pode ser na forma de uma dança divertida, onde as imagens e as palavras podem flertar umas com as outras, ou se contradizerem. Cada vez mais, as fronteiras entre palavra e imagem estão sendo desafiadas, visto que as próprias palavras, em muitos casos, tornam-se elementos pictóricos; o resultado é um texto visual (Salisbury; Styles, 2013, p. 2013).

De acordo com a comissão formada por Serra, Coelho e Cruz, o *João-de-Barro* não poderia se furtar a contemplar a pulsante criação de livros para crianças e adolescentes feita com palavras e imagens, significativamente presente na produção editorial brasileira, tanto em obras nacionais quanto em traduções. Dessa maneira, as recomendações feitas pelos especialistas foram acatadas pela instituição e a primeira edição do *João-de-Barro* no novo formato recebeu elogios e críticas.

No primeiro grupo estavam, majoritariamente, autores que criavam seus livros com textos e imagens, na mais conhecida definição de livro ilustrado, além de editores e pesquisadores atentos ao que vinha sendo produzido em outros países, especialmente nos

européus. Do segundo faziam parte, principalmente, escritores que se sentiram perdendo espaço no *João-de-Barro*, com a alegação de que os livros ilustrados seriam uma demanda do mercado editorial, e não uma expressão criativa de autores. Para eles, a criação literária deveria ser circunscrita exclusivamente ao texto verbal e a ilustração seria um elemento editorial, e não prioritariamente narrativo, como defendiam os que aprovaram a inclusão da categoria livro ilustrado no prêmio.

Entre aplausos e críticas, as recomendações da comissão foram incorporadas e o Prêmio *João-de-Barro* passou a contemplar, alternadamente, ano a ano, as categorias livro ilustrado e texto literário.

A forma de avaliação das obras inscritas também foi alterada por recomendação da comissão, que entendeu que um prêmio deveria considerar aspectos criativos que extrapolassem o gosto de leitores em formação inicial, como era o caso das crianças e adolescentes que até então participavam do processo de julgamento. Assim, os júris infantis e juvenis foram extintos e apenas especialistas – escritores, ilustradores, editores, pesquisadores – compuseram as comissões de avaliação do *João-de-Barro*, desde então.

Tabela 1 – Informações sobre o Concurso Nacional de Literatura Prêmio João-de-Barro 2011-2023

Edição	Categoria	Obra vencedora	Autoras/es	Júri
2011	Livro Ilustrado	<i>Psssssssssiu!</i>	Silvana Tavano e Daniel Kondo	Maria Dolores Prades, Marilda Castanha e Nelson de Oliveira
2013	Texto Literário	<i>Socorro, estou sendo engolido!</i>	Adriana Calabro Orabona	Sabrina Sedlmayer, Renata Fahrat Borges e Ernani Ssó
2013	Livro Ilustrado	<i>Rosa</i>	Odilon Moraes	Angela Lago, Marcelo Del’Anhol e

				Maíra Lacerda
2015	Texto Literário	<i>Homem de lata</i>	Edson Lopes Leite	Anna Maria de Oliveira Rennhack, Juliana Flores e Maria da Conceição Carvalho
2015	Livro Ilustrado	<i>Quase ninguém viu</i>	Aline Abreu	Adilson Miguel, André Melo Mendes e Anna Cunha
2019	Texto Literário	<i>As histórias que papai contava antes de viajar à lua em sua bicicleta</i>	José Arlei Rodrigues Cardoso	Leo Cunha, Marcelo Xavier e Madu Costa
2019	Livro Ilustrado	<i>Toda 6ª</i>	Mariângela Haddad	Carol Rossetti, Santiago Régis e Walter Lara
2022	Texto Literário	<i>Um lugar para Luisa</i>	Priscila Malfatti Vieira Carilow	Lucas Maroca de Castro, Marina Carvalho e Mônica de Aquino
2022	Livro Ilustrado	<i>O jardim lá fora</i>	Maira Chiodi	Fernando Vilela, Ing Lee e Rubem Filho
2023	Texto Literário	<i>Era uma vez uma avó para sempre</i>	Sônia Barros	Cristino Wapichana, Pedro Kalil e Rosana Mont'Alverne
2023	Livro Ilustrado	<i>O que é isso?</i>	Daniella Michellin	Ana Paiva, Júlia Panadés e Rafael Calça

Fonte: Diário Oficial do Município de Belo Horizonte

Ao longo da última década, o Prêmio *João-de-Barro* vem sendo realizado com constância, embora com irregularidade em sua periodicidade. Sua longevidade, alcance nacional e constância, além do acolhimento das experimentações criativas no setor, constituem, indubitavelmente, uma contribuição para a história dos livros para crianças e adolescentes no Brasil e, claro, de suas leituras. No entanto, em função das limitações em sua divulgação, especialmente no que toca ao resultado, o *João-de-Barro* atualmente não confere aos seus vencedores a visibilidade almejada. Se a abertura de inscrições conta com divulgação orgânica entre escritores e ilustradores, principalmente em redes sociais e grupos de autores que se mantêm conectados via aplicativos de mensagens e e-mails, as notícias sobre vencedores cada vez mais se limitam a pequenas notas na imprensa e a postagens dos envolvidos em redes sociais.

Considerações finais

O Prêmio *João-de-Barro* constitui uma longa ação da política cultural de Belo Horizonte e do Brasil. Pioneiro e até então uma iniciativa isolada na premiação de obras literárias voltadas para crianças e adolescentes, vem contribuindo há cinco décadas para a promoção e para a valorização da literatura infantil e juvenil no país.

Em 2011, inovou mais uma vez ao contemplar em seu escopo os livros ilustrados, expressão artística já consolidada, embora naquele momento ainda pouco estudada, na produção editorial brasileira, em consonância com a criação literária para crianças e adolescentes em todo o mundo.

Sua história, incluindo os dados mais básicos, como a relação de jurados e vencedores, conta com poucos e dispersos registros, especialmente no que toca às duas primeiras décadas de sua realização. Por esse motivo, este artigo foi escrito com o propósito contribuir para o registro da história do *João-de-Barro* e, indiretamente, da memória dos livros e da literatura infantil no Brasil.

Referências

ANDRADE, João Batista de. Política cultural. In: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs.). *Dicionário de políticas públicas*. São Paulo: Editora Unesp; Fundap, 2015.

ARAÚJO, Laís Corrêa de. O verbo mágico. In: *Belo Horizonte, a cidade revelada*. Belo Horizonte: Fundação Emílio Odebrecht, 1989.

ARROYO, Leonardo. *Literatura infantil brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ÁVILA, Cristina. *História de Belo Horizonte: capital planejada*. Belo Horizonte: Associação de Desenvolvimento de Projetos, 2011.

BELO HORIZONTE (MG). Decreto nº 204, de 14 de outubro de 1947. Institue o Prêmio de Literatura “Cidade de Belo Horizonte”. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/13772326/artigo-1-do-decreto-n-204-de-14-de-outubro-de-1947-do-municipio-de-belo-horizonte>. Acesso em: 23 maio 2024.

BELO HORIZONTE (MG). Decreto nº. 2.613, de 18 de setembro de 1974. Institui anualmente o Concurso Nacional de Literatura Infantil João de Barro e dá outras determinações sobre o mesmo. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/1974/261/2613/decreto-n-2613-1974-institui-anualmente-o-concurso-nacional-de-literatura-infantil-joao-de-barro-e-da-outras-determinacoes-sobre-o-mesmo>. Acesso em: 23 maio 2024.

BELO HORIZONTE (MG). Decreto nº 2.672, de 18 de dezembro de 1974. Aprova o regulamento do Prêmio do Concurso Nacional de Literatura Infantil João de Barro para o exercício de 1974. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/1974/268/2672/decreto-n-2672-1974-aprova-o-regulamento-do-premio-do-concurso-nacional-de-literatura-infantil-joao-de-barro-para-o-exercicio-de-1974?q=concurso+literatura+infantil+jo%C3%A3o+de+barro>. Acesso em: 23 maio 2024.

BIGNOTTO, Cilza. Monteiro Lobato e seus precursores. In: SOARES, Gabriela Pellegrino; RAFFAINI, Patricia Tavares. *Livros infantis velhos e esquecidos*. São Paulo: Publicações BBM, 2022.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-5-13-dezembro-1968-363600-publicacaooriginal-1-pe.html>.

BRASIL. Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, D.F., p. 1, 13 jul. 2018.

COELHO, Nelly Novaes. *Panorama histórico da literatura infantil/juvenil: das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo*. Barueri, SP: Manole, 2010.

PROGRAMA Nacional Biblioteca da Escola. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>.

PROGRAMA Nacional do Livro Didático. PNLD. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/318-programas-e-aco-es-1921564125/pnld-439702797/12391-pnld>.

SALISBURY, Martin; STYLES, Morag. *Livro infantil ilustrado: a arte da narrativa visual*. São Paulo: Rosari, 2013.

SCHWARZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Fabiola Ribeiro Farias – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

Pós-doutorado em Educação pela Universidade Oeste do Pará (Ufopa), e em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet-MG). Doutora e mestre em Ciência da Informação pela UFMG. Desde 2010 é leitora votante da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ).

E-mail: fabiolarfarias@gmail.com